



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## **ALMA LAVADA NA LAMA: GARIMPO ARTESANAL, MAIS QUE UM TRABALHO, UMA IDENTIDADE ANCESTRAL ENTRE A MARGINALIZAÇÃO E A LUTA POR RECONHECIMENTO**

**Elivania Cristina Rodrigues**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

[elivania.cristina@ufvjm.edu.br](mailto:elivania.cristina@ufvjm.edu.br)

**Aline Weber Sulzbacher**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

[aline.weber@ufvjm.edu.br](mailto:aline.weber@ufvjm.edu.br)

### **INTRODUÇÃO**

Este texto apresenta reflexões de um processo de pesquisa, em andamento, que tem como abordagem central o garimpo artesanal como modo de vida em Minas Gerais, especificamente, no alto da bacia do rio Jequitinhonha. A escolha do tema é devido a uma vivência pessoal da autora como jovem, mulher, preta, quilombola, estudante do curso de graduação em Geografia - Licenciatura da Universidade Federal dos Vales do, Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e moradora da Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos, cujo território está nas áreas dos municípios de Diamantina, Serro e Couto de Magalhães em Minas Gerais. O interesse pelo tema surge na medida que compreendia como o meu contexto familiar está inserido nesse manejo tradicional e, ainda que soubesse da sua vinculação ao contexto socioeconômico, foi somente ao longo do curso de graduação e do envolvimento com projetos de pesquisa que passei a perceber as conexões escalares dessa atividade com a formação socioeconômica brasileira e, ao mesmo tempo, também me formava como uma mulher, filha, sobrinha, neta e bisneta de faiscadores, lavradores e apanhadoras(es) de sempre viva.

A comunidade Mata dos Crioulos está localizada no alto Jequitinhonha e seu território perpassa cinco municípios: Serro, Couto de Magalhães de Minas, São Gonçalo do Rio Preto, Diamantina e Serra Azul de Minas. O processo de auto-reconhecimento da comunidade foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2010 após luta e resistência, pois estava em curso um processo de ampliação da área do Parque Nacional do Rio Preto, sem que os moradores tivessem conhecimento e que afetava diretamente o território da comunidade. A situação só veio à tona quando a filha de uma das lideranças comunitárias participou de um curso/intercâmbio e relatou o que estava ocorrendo, informando que os moradores não



poderiam mais acessar as chapadas para a coleta de sempre vivas. No primeiro momento, ela apenas comunicou o que ouvira, ainda sem compreender totalmente o contexto. A partir desse relato, a comunidade buscou informações, mobilizou-se e avançou nos procedimentos legais para o registro do auto-reconhecimento, garantindo assim a defesa e a proteção de seus direitos civis e territoriais enquanto quilombolas.

O território da Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos inclui 10 povoados: Bica d'água, Santa Cruz, Covão, Pindaíba, Lomba, Cardoso, Fazenda Jazida, Algodoeiro, Birtulina e Ponte Acaba Mundo. Segundo a história oral dos mais antigos, a comunidade teria se iniciado por volta do século XVIII, quando pessoas escravizadas fugiram para a mata. Entre elas estava Isidoro de Amorim Pereira, um garimpeiro que, segundo se conta, teria nascido e foi capturado na África trazido para o Brasil, em específico para a região da Vila do Príncipe e Arraial do Tijuco<sup>1</sup> onde viveu até sua morte.

Isidoro foi um homem nascido na região de Diamantina, quando esta era ainda o arraial do Tijuco, como escravizado no século XVIII que viveu uma vida de resistência ligada ao garimpo, essa resistência também está ligada à criação de quilombo na região. Ele foi perseguido, torturado e morto, tendo se tornado um símbolo de força para todas as pessoas do arraial do Tijuco mesmo depois de sua morte no ano de 1809 (MOURÃO e FONSECA, 2025, p. 01)

“Em junho de 1809, arma-se um triste espetáculo. Isidoro entrou preso no Tijuco. Vinha amarrado a um cavalo, todo ensopado de sangue que lhe corria das feridas. O povo, compadecido e entre lágrimas, dizia: ‘Lá vem o mártir, o homem inocente’” (FIGUEIREDO, 2005, apud LIMA, 2005, p. 36). De acordo com os mais velhos da comunidade, ele foi um dos primeiros moradores do território e o dinheiro obtido no garimpo era utilizado para comprar a liberdade de outras pessoas que estavam escravizadas.

Assim, a formação da Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos também se consolidou a partir da fuga de outros escravizados que se estabeleceram na região, dando origem aos povoados que existem até hoje. Trata-se de uma realidade, cuja produção sócio-histórica, permite o uso do conceito de r-existência<sup>2</sup> tal como se refere Porto-Gonçalves e Quental (2012, p. 31): “[...] grupos sociais, etnias e classes que reinventam sua r-existência

<sup>1</sup> Atuais cidades do Serro e de Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

<sup>2</sup> Na abordagem proposta por Porto-Gonçalves trata-se de um neologismo – R-Existência - mais rico do que a expressão resistência para dar conta do que está em curso, pois a “resistência é uma expressão que sugere que se reage a uma ação de outrem somente. Com o neologismo proposto tentamos dar conta de que embora haja reação, resistência, essa não se dá a partir do nada, mas sim a partir de um patrimônio sociocultural pré-existente que, diante da experiência (Thompson), age”. (PORTO-GONÇALES e QUENTAL, 2012, p. 31).



histórica à tomada de seus territórios, de suas terras e demais condições naturais de existência desde a invasão/conquista, como os indígenas, os camponeses e os afro-americanos [...]”.

Considerando a localização da comunidade, em uma serra com matas densas, o modo de vida envolvia estratégias de convivência com a natureza por meio de saberes e práticas ancestrais com o uso de plantas medicinais e de rituais ligados à arte da cura, cujo legado permanece com mestres e mestras benzedeiros, parteiras, dentre outros. Ademais, a prática da “panha” de flores sempre esteve articulada à agricultura e, para muitas famílias, ao garimpo artesanal. Em 2023, seis comunidades quilombolas da Serra do Espinhaço sendo elas: Pé-de-Serra, Raiz, Vargem do Inhaí, Macacos, Mata dos Crioulos e Lavras, foram oficialmente reconhecidas internacionalmente pela FAO/ONU como patrimônio cultural imaterial da humanidade, na categoria “Apanhadores e Apanhadoras de Sempre-Viva”. Esse reconhecimento se deve ao fato de que se trata de um modo de vida e de manejo dos ambientes que estruturou um sistema agrícola tradicional.

Portanto, neste artigo temos por objetivo analisar o papel e as características do garimpo artesanal em diferentes contextos históricos de uma comunidade tradicional quilombola. Parte-se, desde já, do entendimento que neste território o garimpo é uma prática ancestral, cujas saberes e técnicas foram aportados com o povo preto capturado de diferentes locais do continente africano, que transcende a mera extração de minérios pois implica conexões com modos de viver, de fazer, de ser, portanto, forja identidade, pertencimento e expressa a resistência preta.

O garimpo artesanal não é uma atividade isolada e é exigente em todo seu rito: preparação, permanência e retorno para casa. Por isso, contribui para estruturar um determinado modo de vida em sintonia com os ritmos da natureza: no tempo das águas, todo trabalho familiar é direcionado para o cultivo da agricultura; no tempo da seca, a família migra para as margens de córregos ou rios e permanece lá por um certo período. Esse movimento é herança, passado de geração para geração, que desenvolveu habilidades na relação com a natureza e sagacidades nas leituras sobre como os ambientes funcionam - a exemplo da observação das margens dos córregos, do tipo de material depositado pelas águas, da cor das águas etc. Além disso, estrutura um modo de vida em que a divisão sexual do trabalho reproduz papéis de gênero no qual as mulheres têm uma centralidade na garantia das condições para todo o movimento: de preparação que envolve separação, organização e previsão de todos os itens necessários para garantir o provimento alimentar e a saúde da família e agregados; de permanência com cultivos



temporários ou do manejo dos pequenos animais que são a base da alimentação e também de envolvimento em todo o trabalho do garimpo, muito embora invisibilizadas pelas narrativas. Em suma, o garimpo artesanal foi acionado como uma estratégia de sobrevivência para muitas comunidades quilombolas uma vez que as pessoas já conheciam as técnicas e, por sua vez, a região apresenta disponibilidade de fragmentos de diamante e de ouro - lixiviados pelo intemperismo químico e físico.

Os procedimentos metodológicos envolvem uma investigação norteada pela vivência da autora, escuta ativa, observações diretas, registros orais, obras acadêmicas, memória ancestral dos familiares, relatos de fiscoiros e fiscoiras locais e do registro de campo que se fundamentam em uma perspectiva geográfica contra hegemônica trazendo um entendimento do território como espaço vivido, símbolo de resistência e reconhecendo o garimpo artesanal como parte essencial de um modo de vida. As reflexões e análises aqui apresentadas também tem por base a atuação como bolsista no projeto<sup>3</sup> de pesquisa e extensão “Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais no Vale do Jequitinhonha”, executado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro vinculado à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) o projeto teve início em 2018 e nesta edição (2025 e 2026) está sendo financiado por emenda parlamentar do Deputado Federal Padre João e do Deputado Estadual Leleco.

Este artigo está estruturado em duas seções principais, sendo a primeira focada no processo histórico que fundamenta relações sociais e territoriais a partir da mineração de ouro e diamante em Diamantina e sua colonialidade, e a segunda seção traz uma análise sobre o garimpo artesanal considerando o trabalho, técnicas e a tessitura de modo de vida na comunidade quilombola.

## **GARIMPO ARTESANAL E COLONIALIDADE**

O garimpo foi essencial para o projeto colonial, de extração de diamante e ouro, que foi implementado ao longo de toda a bacia do rio Jequitinhonha durante o século XVI até XIX. O trabalho e o conhecimento de pessoas pretas, em condição escrava, foram essenciais para a extração de toneladas de diamantes, ouro e pedras preciosas que foram levadas desta região

---

<sup>3</sup> O projeto tem por objetivo principal mapear os povos e comunidades tradicionais da região valorizando os seus modos de vida, contribuindo também para o processo de autoafirmação identitária tendo como base os direitos individuais e coletivos.



para a Europa a partir do século XVI. A colonização foi pautada pela exploração do trabalho e da natureza, com expropriação dos povos originários que habitam a região e, também, dos povos pretos cuja diáspora foi imposta de forma violenta. Conforme sistematizamos em Sulzbacher (2025, s/p):

Em 1553, teria chegado uma primeira expedição, conduzida por Francisco Bruza Espinosa, vindo da Bahia, na região em que hoje localiza-se os municípios de Serro e Diamantina, e, em 1573, Sebastião Fernandes Tourinho, que registra nos documentos imperiais o rio Araçuaí (principal afluente do rio Jequitinhonha).

Em todos os registros, é recorrente a identificação da presença de minerais e pedras preciosas, como turmalinas, berilos, esmeraldas etc., e de densa mata atlântica, que dificultava o deslocamento e a ocupação colonial, exigindo que soldados e demais trabalhadores se dedicassem para a “limpeza da área”, com derrubada da mata para a instalação de acampamentos, ao mesmo tempo em que essa condição dos ambientes favorecia os povos originários nas frentes de resistência. Em 1691, foi instalado o primeiro acampamento nas mediações que hoje são o município do Serro, e, oito anos depois (1699), foi enviada a primeira remessa de ouro para Lisboa, demonstração do potencial de mineração da região (Ribeiro, 1997; Souza, 2022).

Esse empreendimento colonial foi intensivo na demanda e uso de trabalhadores escravizados seja para as áreas de extração, seja para a logística dos carregamentos - realizada por pessoas, a pé, e no lombo de mulas ou cavalos. E as resistências à essa exploração também se fizeram contundentes por meio dos quilombos e da sua associação à criminalidade:

Dessa forma, na segunda metade do século XIX ocorreu forte processo de concentração dos terrenos minerais. Para milhares de homens que viviam da cata de diamantes, não restou outra saída senão integrar as “turmas” dos poderosos donos de lavras, trabalhando no sistema de praças. Os poucos que não se submeteram se tornaram *faiscadores*, mineradores isolados que tentam serviço modestíssimos nos córregos mais afastados e, em geral, pouco promissores. Novamente, portanto, os garimpeiros foram empurrados para o lusco-fusco da marginalidade econômica e social, e os *faiscadores* transformados em objeto de ação policial. (LOBATO. Pág., 28)

Portanto, as comunidades tradicionais são herdeiras vivas da resistência à opressão, escravização e exploração colonial e seguem na contemporaneidade essa luta no enfrentamento à colonialidade. E o garimpo artesanal foi central nessa estratégia, nos ritmos e formação do modo de vida e do território.

É fundamental contextualizar que o garimpo artesanal no contexto de comunidades tradicionais (geralmente quilombolas) têm diferenças significativas com o garimpo mecanizado que é realizado em outros locais, envolve uma escala de operação em que objetivo principal é auferir lucro da operação, portanto utiliza-se de equipamentos e máquinas como retroescavadeiras, guinchos, dragas e motores de sucção (popularmente chamados de motores de bomba) com maior escala de afetação, espacial e social, pelo grande volume de terra, cascalho revolvidos e pela estrutura para as operações. Portanto, são gerados danos aos



ambientes como desmatamento, assoreamento de rios, degradação do solo e, em muitos casos, contaminação por mercúrio, e danos sociais pois afetam, inclusive comprometendo, outros usos dos ecossistemas (seja pela dinâmica hidrológica dos rios, seja pelos usos da terra e práticas agrícolas etc.). Neste caso também é recorrente observar-se a reprodução do racismo ambiental pois quando o garimpo mecanizado é praticado de forma ilegal e em territórios tradicionais geralmente são desconsideradas as normas de uso e modos de vida das pessoas e comunidades que estão nestes locais. Um ponto importante a ser destacado é que muitas vezes nessas escavações de grandes lavras há financiamento por parte de grupos externos ao local, com capital nacional e internacional, que não possuem uma relação cultural e ancestral com o território, movidos pela intenção de extrair o máximo de recursos minerais em menor tempo, abandonando a exploração quando há esgotamento da mina<sup>4</sup>.

Portanto, a principal diferença entre esses dois modelos está justamente na relação com a terra e na escala de intervenção pois o garimpo mecanizado extrapola os vínculos ancestrais, culturais e políticos com o território causando impactos muitas vezes irreversíveis ao meio ambiente, ameaçando a biodiversidade comprometendo o modo de vida de ser e viver das comunidades tradicionais seja elas, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, entre tantas outras categorias espalhadas.

Outro ponto que podemos associar ao garimpo mecanizado é o fato dele está frequentemente relacionado a ocupação de maneira irregular em territórios tradicionais, como exemplo o que aconteceu na região de Serra Pelada situada no atual município de Curionópolis, no sudeste do Pará, tornou-se uma das maiores lavras brasileiras. A descoberta de ouro em 1979, feita por um morador local, desencadeou uma intensa corrida do ouro. Em poucos meses, milhares de garimpeiros chegaram ao local, e, entre 1980 e 1984, estima-se que de 50 mil a 100 mil trabalhadores atuavam na cava. Esse garimpo inicialmente iniciou-se de maneira artesanal, porém com o decorrer dos meses atraiu muitos outros sujeitos e conseqüentemente foi se introduzindo maquinários pesados sob controle estatal, especialmente por meio do Exército. Esse controle impunha regras rígidas, vigilância constante e limitação da autonomia dos garimpeiros. A lavra trabalhada se transformou em uma enorme cratera de aproximadamente 200 metros de profundidade no qual entrou em declínio em 1984 tendo suas atividades

---

<sup>4</sup> A análise de Calafate-Faria et. al. (2025) aponta as disputas de narrativas e contradições nesses processos, com foco nos empreendimentos minerários ligados à discussão da transição energética.



encerradas em 1992, mas por outro lado décadas depois os danos ainda são visíveis como água contaminada.

Portanto, retomando ao papel do garimpo artesanal e da sua relação com estratégias de r-existência (sobrevivência e enfrentamento) é importante retomar a história icônica de Izidoro - um dos primeiros moradores da Comunidade Quilombola de Mata dos Crioulos que realizava o manejo do garimpo artesanal para garantir o seu sustento e para libertar outros pretos escravizados. A ocupação das matas por pessoas pretas fugidas da escravidão ou com a alforria comprada por Izidoro forja o início do território, conforme indicam as pesquisas:

Ainda de acordo com Mariano (2015), Isidoro fugiu, ainda que estivesse sob a constante vigia dos capitães do mato, e não o fez sozinho, outros escravizados o seguiram, e é desta forma o quilombo Mata dos Crioulos foi fundado. Isidoro e seus companheiros continuaram então com a extração de diamantes de forma ilegal, se tornando garimpeiros, e passaram a dividir o lucro igualmente entre eles, comprando assim alforria de outros escravizados e fundando outros quilombos na região. (Mariano 2015 apud Mourão & Fonseca 2025, p. 5)

Isidoro, nascido na segunda metade do século XVIII, foi um dos garimpeiros de maior destaque no Arraial do Tijucu, hoje Diamantina. Descendente de africanos, nasceu e morreu na condição de escravo. Trabalhou, desde menino, na mineração. Foi acusado de contrabando ilícito, cometido por ordem do seu senhor. Condenado à pena de trabalhos forçados, fugiu e, junto com outros escravos evadidos, praticava o garimpo clandestinamente. (LIMA, 2020, p. 36)

Entretanto, apesar de sua importância histórica, a trajetória de vida, luta e resistência de Izidoro sofreu um processo de apagamento na própria memória coletiva da Comunidade, na ausência de registros oficiais e na invisibilização das narrativas negras na história regional hegemônica. A história de Izidoro revela não apenas a força de um povo que construiu a sua liberdade a partir da resistência, mas, também por meio dos desafios impostos por esses processos de apagamento que tentam e tentam retirar o seu lugar como protagonista.

Sendo assim, é importante recuperar as memórias para além dos relatos, de forma a reconhecer esses legados de resistência e defesa do povo preto. Há ainda um longo trabalho de pesquisa por ser feito, principalmente para evidenciar, reconhecer e garantir reparações ao povo preto, cujo trabalho foi essencial para construir, produzir e estruturar essas cidades e vilarejos criados no período colonial. Trata-se de uma reparação fundamental para as pessoas e famílias das comunidades tradicionais quilombolas que ainda enfrentam, cotidianamente, as opressões da colonialidade expressas nos vários desafios para acesso à direitos (moradia, energia, água, vias de acesso, educação, saúde, ser tratado com respeito e equidade) que são fundamentais em uma perspectiva de vida digna. Outra reparação estruturante é romper com os mitos criados por narrativas hegemônicas marcadas pelo viés de classe e raça que se referem aqueles como



criminosos, à margem e ilegais quando se trata de estratégias de r-existência ao *modus operandi* desse sistema capitalista, excludente e opressor.

Portanto, tratam-se de reparações que sejam disruptivas com a reprodução da colonialidade. Conforme estudo e reflexões apresentadas por Porto-Gonçalves e Quental (2012, p. 31), o colonialismo deve ser entendido a partir do discurso de inferiorização dos colonizados: “Logicamente, nos diz Fanon, “não é possível submeter à servidão aos homens sem inferiorizá-los parte por parte.” [...] “o racismo não é mais que a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, desta inferiorização” (Fanon, 1965: 48)”. Portanto, a ideia de raça institui um:

[...] conjunto de relações de poder que hierarquizam os lugares e suas gentes, classificando-os de acordo com um suposto grau de evolução e desenvolvimento societário “num continuum linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização.[...]

A este padrão de controle, hierarquização e classificação da população mundial que afeta todas as dimensões da existência social, e que tem no conceito de raça seu eixo estruturante, Quijano (2005) denominou colonialidade do poder. Para o autor, a colonialidade não se esgota no colonialismo, forma de dominação político-econômica e jurídico-administrativa das metrópoles europeias sobre suas colônias, expressa, mais que isto, um conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo, se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios, são localizadas no mundo contemporâneo [...] (PORTO-GONÇALVES e QUENTAL, 2012, p. 31).

A criminalização do garimpo artesanal tem relação com o fato de que trata-se de um conhecimento e de uma prática que foi desenvolvida pelo povo preto, conforme nos alerta Gonzalez (2020, p. 121): “É importante salientar uma vez mais que o cidadão negro brasileiro não é apenas discriminado em função da divisão racial do trabalho, mas também é privado de sua dignidade humana pela polícia, que o considera um criminoso por não ter um padrão branco”. Em análise à situação regional, de Diamantina e municípios do entorno, considerando pesquisas sobre o processo histórico ligado à mineração de ouro e diamante:

Importante registrar que os garimpeiros e faiscadores oscilam numa tênue fronteira entre a legalidade e a ilegalidade, marcada tanto pelas imposições que a legislação minerária impunha à época, que passava pela autodeclaração da exploração, demarcação e pagamento antecipado dos impostos. Fora isso, por várias circunstâncias, eram considerados como criminosos, uma valoração e estigma que se enraíza na estrutura institucional (administrativa e policial) reverberando na hierarquia social. (SULZBACHER; LAGE; LOPES, 2020, p. 8)

Portanto, ao analisarmos o contexto histórico de Minas Gerais, compreende-se que este território sempre esteve e se mantém vinculado a processos de expropriação e exploração econômica tendo o espaço uma finalidade política. Sendo assim, ao colocarmos em discussão



essa construção conclui-se que a exploração nesta região era de interesse da coroa portuguesa e como consequência disso posteriormente as elites locais se reafirmaram/consolidaram por meio dessa economia exploratória, cuja herança perpassa pela colonialidade. Em contrapartida ironicamente práticas que eram incentivadas e que mantinham os modos de produção e acumulação do capital passaram a ser vistas como ilegais e criminalizada, essa mudança não ocorreu em neutralidade, pois ela é refletida em uma estrutura hierárquica de poder, onde a branquitude ao se verem perdendo o controle de maneira direta sobre as atividades do garimpo passam a recorrer a lei de maneira estratégica como forma de retomar o controle sobre os corpos e territórios historicamente marginalizados:

Para além de chamar a atenção para a violência epistêmica, simbólica e física que têm as populações tradicionais como alvo ao longo dos últimos cinco séculos, é fundamental buscar compreender as **condições de possibilidade dessas comunidades se manterem ancestrais. É aí que encontraremos a resistência à colonialidade, nos espaços que fluidamente delineiam as fronteiras da modernidade.** E é na vida cotidiana e nas interações íntimas que melhor poderemos observar e aprender sobre o peso fundamental do comunalismo, cooperativismo e reciprocidade na oposição à colonialidade e ao capitalismo. (RIBEIRO, 2017, p. 10 – destaque nosso)

Nesse sentido, é crucial problematizarmos em que medida essas imposições de normas e legislações estabelecidas representam formas de colonização e violações de direitos pois ao deslegitimar os saberes e modos de vida das comunidades quilombolas e povos tradicionais reforçam a desigualdade racial e territorial, deveríamos estar questionando a quem serve esses projetos coloniais de exclusão?

Como afirma Lélia Gonzalez “O que sacam é que a gente sabe muito bem quais são os seus interesses; que a gente sabe muito bem que o povo brasileiro tem sido massacrado, perseguido e espoliado. Que sua cultura tem sido comercializada, folclorizada e vendida como “autêntico produto nacional” (GONZALEZ, 2020, p.181). Refletir sobre essa questão é entender que o estado continua sendo mediador da subalternização dos corpos não brancos sobretudo de povos tradicionais revelando a colonialidade do poder que, sob novas roupagens, define quem tem o direito de existir, e sobreviver em determinados espaços. Com base nisso essa criminalização não deve ser compreendida somente como um instrumento jurídico, mas, sim como formas de controle social e territorial de base racial.

## TRABALHO QUE TECE O MODO DE VIDA: GARIMPO E AGRICULTURA

O garimpo artesanal é uma prática fundamentada em um conhecimento ancestral mantendo uma relação com a natureza e uma capacidade de interpretar as estações, decifrar a



cor do cascalho e compreender o fluxo das águas. No contexto de comunidades tradicionais em Diamantina, sempre teve um papel importante para o sustento de várias famílias. O caráter artesanal vinculado ao garimpo refere-se ao uso de técnicas e ferramentas que tem por base uso intensivo em força de trabalho humana. De acordo com Ribeiro, “Em linhas gerais, o garimpo braçal corresponde a explorações em pequena escala, sem uso de mercúrio ou qualquer outro implemento químico ou maquinário. É por isso também que o garimpo braçal é sazonal, ele depende do clima, do regime de chuvas e volume dos cursos d’água para extração.” (RIBEIRO, 2017, p. 3).

Os itens utilizados no garimpo artesanal, em geral, são: bateias (Fig. 1) para a apuração do ouro, enxadas ou calhas para a remoção do cascalho do rio; peneiras para a lavagem do cascalho (Fig. 2) e podem ter tamanhos diversos (a depender do material); carimbe para carregar o cascalho que será amontoado em local que se denomina paiol; bicas (Fig. 3) para retirar as pedras mais grossas; grelhas que servem para segurar o cascalho mais finos após serem inseridos na bica; picuá para guardar o diamante geralmente feitos com bambu. Esses utensílios para a extração do mineral artesanal podem variar de acordo com o que se procura, com algumas diferenças para ouro ou diamante.

Para o garimpo artesanal é preciso dispor destes equipamentos, entre eles podemos citar a bateia que é confeccionada por alguns mestres. Na minha família (autora) havia um mestre que conhecia a técnica ancestral de confecção de bateias de cedro. A escolha do cedro se deve à resistência de sua madeira, capaz de manter a peça firme por muitos anos. Na Figura 1, as duas fotografias são de uma bateia produzida por ele há mais de 50 anos.

**Figura 01 - Imagem de bateia de cedro produzida por mestre da comunidade quilombola**



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOUSA

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2024

Atualmente, esse tipo de artefato já não é encontrado com facilidade, tanto pela escassez de mestres que ainda dominam a técnica quanto pela substituição gradual das bateias de madeira por modelos feitos de aço galvanizado, entre outros materiais. Essa substituição deve-se, também, pela dificuldade de encontrar madeira de cedro apropriada para a produção do artefato.

O garimpo também tem um caráter artesanal pois prescinde de uma habilidade do faisgador na observação dos ambientes, para identificar o melhor local a ser trabalhado, geralmente no leito dos rios são priorizados os depósitos de cascalho que podem estar na margem ou dentro de caldeirões que ficam expostos durante o período da seca. Assim, a etapa seguinte é a procura no cascalho: a formação com piçarra<sup>5</sup> (rocha com pequenos grãos) branca e marrom é mais propícia para encontrar ouro e a piçarra preta e amarela para encontrar diamantes. Dentro desse contexto ainda podem ocorrer as variações das canjicas (rochas com

---

<sup>5</sup> Piçarra é uma rocha sedimentar que é composta pela mistura de argilas, siltes e fragmentos de rochas de diferentes tamanhos geralmente com formato arredondados apresentando coloração diferente podendo ser avermelhadas, amareladas, marrons e acastanhadas, devido a presença de óxidos e hidróxidos de ferro



diferentes tamanhos) podendo ser finas ou grossas, onde geralmente para separar as canjicas mais grossas das finas se utiliza um peneirão (instrumento quadrado envolto em lados iguais de madeira e no meio uma espécie de tela com furos de no máximo 2cm). Após esse processo ocorre a apuração (Figura 2): o material de cascalho é lavado com uso de peneiras, de diferentes tamanhos, a procura de diamante; o rejeito mais fino, que sobra, uma areia branca e preta, que tem possibilidade de encontrar pepitas/fragmentos de ouro. Para apurar o ouro utiliza-se da bateia (instrumento de madeira oval com fundo no meio), após retirarem metade da areia o restante é levado ao fogo dentro do carumbé onde está esquentando para a limpeza final.

**Figura 02 - Fotografia de cascalho lavado e que está sendo utilizado para procurar diamante**



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2024



**Figura 03 - Fotografia de bica, utilizada para remover os sedimentos mais pesados com uso de água**



Fonte: arquivo pessoal da autora, 2024

No garimpo artesanal de ouro, no contexto da região do alto Jequitinhonha e das comunidades tradicionais, é preciso levar o material ao fogo para ser “limpado” pois no estágio final da coleta percebe-se a presença de uma “areia preta”, como os garimpeiros costumam chamá-la. Para os geólogos, essa areia corresponde a um material sedimentar formado principalmente por magnetita e ilmenita, minerais pesados que apresentam coloração escura e com alta densidade. Logo, durante o movimento de giro na bateia (bateação), essa areia acumula-se no fundo junto com o ouro, enquanto os sedimentos mais leves são lavados com a água. Após a retirada dos sedimentos leves na etapa de bateação, a areia preta restante é concentrada no fundo e então aquecida em um prato de alumínio, cujo formato lembra o da própria bateia. Ao ser aquecido, o material torna-se mais leve, permitindo uma limpeza mais precisa. Em seguida, o garimpeiro assopra lentamente enquanto bate nas bordas do prato, fazendo com que a areia suba para a superfície e o ouro permaneça no fundo. Depois dessa etapa, toda a areia é removida e, caso ainda haja algum resíduo, pode ser utilizado um ímã para finalizá-la: ao aproximá-lo da areia os minerais magnéticos são atraídos e retirados. Portanto, a presença deste material é um indicativo positivo para a existência de ouro no lugar a ser garimpado.



A técnica do manejo, sendo esta como olhar o rio, o cascalho a cor se é *refrefrido*<sup>6</sup> ou não, pois quando ele é *refrefrido* não é muito bom para a extração do ouro e sim para o diamante. Muitas vezes para saber se tem pessoas trabalhando no rio acima é só olhar a coloração da água durante o dia em que ela fica suja e pela manhã irá amanhecer limpa.

O garimpo artesanal é uma técnica ancestral que mantém uma relação direta com a natureza, sendo historicamente e socialmente associada ao homem, porém esse manejo e saberes não é feito sem as mulheres. Trata-se de um território que é sustentado pelo trabalho das mulheres, embora elas nem sempre sejam reconhecidas, sua contribuição validada social e economicamente, estão sempre nas margens dos rios, nas peneiras, nas cozinhas, nos acampamentos, nas organizações da comunidade – são um pilar crucial para a reprodução social, mas, também carregando o peso das desigualdades sociais, raciais e sexuais.

Historicamente as mulheres são “direcionadas” aos papéis sociais e sexuais de serventia aos homens onde devem “cuidar” dos afazeres domésticos, dos filhos, do gerenciamento ao qual foi subordinada e os homens vistos como detentores de protagonismo desvalorizando as contribuições femininas. Esse paradoxo, onde a existência das mulheres são invisibilizadas e naturalizadas, porém sua contribuição é essencial, nos possibilita uma reflexão sobre a interseccionalidade das formas de opressão, sendo a violência de gênero uma tecnologia patriarcal velada e estruturada por meio da subordinação da força de trabalho e saberes das mulheres.

Isso se efetiva desde o espaço privado até os espaços públicos, portanto desde o âmbito familiar e parental, até os locais coletivos e públicos, em que estão ocupadas com papéis como cuidadoras, mães, trabalhadoras, líderes e ambas sem reconhecimento, sendo as mãos fundamentais mais invisíveis que mantêm essa rede de saberes. No caso do garimpo artesanal, são saberes fundamentais pois revelam uma outra forma de relacionar com a terra: quando o grupo familiar se desloca para os acampamentos para o garimpo, ao longo dos rios, em períodos sazonais, é o trabalho delas que garante o sustento da família no dia-a-dia com alimentos preparados que são cultivados no entorno do acampamento a exemplo de: abóbora, alface,

---

<sup>6</sup> Termo coloquial usado no contexto do garimpo artesanal para se referir a um cascalho que, quando o rio está em fluxo e encontra algum obstáculo como: uma pequena cachoeira, uma pedra ou uma queda d'água forma-se um movimento de turbulência que faz a água bater no fundo deste local. Esse impacto provoca o revolvimento do cascalho, permitindo que os materiais mais leves sejam arrastados pela correnteza. Assim, permanecem apenas os sedimentos mais pesados. Sendo assim, quanto maior o volume de água que incide sobre o local, mais intenso é esse processo de revolvimento, fazendo com que apenas os materiais de maior densidade permaneçam entre eles o ouro e o diamante, que são significativamente mais pesados que o cascalho comum.



tomate, cebolinha, couve chuchu, quiabo, banana, laranja etc. Alguns destes, como as frutas, são plantios que perduram por anos.

Portanto, na discussão e intervenção em relação à rupturas da colonialidade e da necessidade de intervenções reparatórias é urgente reconhecer a amplitude da contribuição da presença das mulheres, por meio do trabalho e dos seus conhecimentos, para a reprodução social da família e das comunidades, mas também para a estruturação de um modo de vida que produz as condições de r-existência. Reconhecer essa presença é um político de resistência feminina que se movimenta em ruptura nos papéis sociais e sexuais aos quais lhes foram atribuídos, a exemplo do relato a seguir:

Minhas tias sempre foram garimpeiras para além dos papéis de gênero aos quais lhe foram atribuídos, elas manejavam desde pequenas a técnica da garimpagem ela aprendeu com seu pai a lavar peneiradas, apurar o ouro, olhar quantos quilates tem um diamante, a pesar na balança manual o ouro antes de venderem para os compradores a identificar um diamante sendo este de três pontas podendo ter diferentes colorações e tamanhos assim como olhar o cascalho para onde ele corre na margem do rio (Registro de campo, Elivania, 2025).

Essas formas de r-existir diante das violências, inclusive simbólicas, criam um espaço de identidade reafirmando suas práticas e protagonismos. Então o garimpo artesanal em todas as suas camadas se difere do garimpo mecanizado pois ele segue princípio da racionalidade camponesa: o trabalho e recursos necessários são mobilizados e orientados para o atendimento às necessidades do grupo familiar, portanto reproduz o espaço de vida, memória e ancestralidade. Extrair apenas o essencial para a sua sobrevivência, no período das secas que corresponde às estações de outono e inverno em que o nível da água está mais brando. Portanto, é por meio da preservação ancestral e de existir que essas narrativas vão sendo reveladas segundo o relato de um trabalhador: “No garimpo, eu saio cheio de lama, mas com a alma lavada... isso eu aprendi com meu pai.”, para esses trabalhadores não se trata de um “serviço”, mas de uma forma de honrar suas raízes históricas eles veem como uma forma de honrar os antepassados, para além do que alguns veem como profissão ou trabalho.

De forma similar, se comer é um ato político, poder escolher o que consumir, cultivar alimentos, ao manter tradições e partilhar conhecimentos, as comunidades tradicionais reafirmam sua r-existência e seu direito de ser. A ancestralidade, portanto, não é apenas um legado do passado, mas uma força presente que orienta práticas de cuidado, solidariedade e pertencimento que se mantém viva. Sendo assim, cada semente plantada, cada erva colhida,



cada corpo que insiste em ocupar os espaços é uma voz ecoando daqueles que não puderam ocupar, pulsando nos saberes que se recusam a morrer.

Ao lembrar minha infância (autora) me recordo do rancho que era feito de madeirite ou pau a pique coberto por uma camada de plástico preto palha de coco e capim assim faziam duas camadas e para não voar eles colocavam pau no telhado segurando o plástico. As camas eram feitas de bambu, colocavam quatro forquilhas e paus de 50 cm em cima dessas forquilhas, depois os bambus e enchiam sacos de linha com capim para colocar em cima dos bambus e logo após colocavam o colchonete. Logo, os sacos cheios de capim eram para não deixar a cama dura e ficar confortável. O lugar onde se colocava as vasilhas eram no giral feito de pau a pique amarrado no cipó, o fogão era feito de tábuas e terra vermelha amassada com água para rebocar se colocavam pedras também para ficarem mais firmes e para finalizar minha mãe passava barro branco, chaminé para puxar a fumaça do fogão era um cano em formato de L no qual a parte maior era fixada no fogão e a menorzinha era colocada para fora do rancho, as divisórias dos ranchos eram através de uma parede de madeirite dividindo os quartos da cozinha e nosso banheiro era um quadrado no qual se colocava uma vasilha onde esquentamos a água e virava nessa vasilha que ficava pendurada como um chuveiro no qual se tinha uma torneira que quando terminássemos de tomar banho tínhamos que fechar para não acabar com a água quente.

Muitas vezes os deuses nos enviam um presságio para sabermos que naquele mês teríamos boa sorte. Um indicativo desse presságio era quando aparecia formiga-correção dentro do rancho, que invadia tudo e não deixava ninguém dormir. Ela só aparecia durante a noite e para fazer com que ela fosse embora minha mãe colocava cinza por todo o rancho para, enfim, conseguirmos dormir. Ao amanhecer, quando iam lavar o cascalho, lá estava a sorte garantida. Na hora do almoço todos tiravam o seu chapéu como forma de pedir licença aos seus ancestrais e agradecer o alimento. (Registro de campo, Memórias de Família por Elivania, 2025).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de vida e o território da Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos tem sua formação socioespacial enraizada na r-existência do povo preto, na fuga do cativo, na ocupação das matas, no resgate de saberes ancestrais que envolviam a elaboração de artefatos para o trabalho na agricultura e no garimpo artesanal, e segue no movimento de ruptura com a colonialidade. Portanto reafirmamos que o garimpo artesanal é trabalho, prática e honra ao legado ancestral, contribui na construção da identidade de ser quilombola que enfrenta



cotidianamente a dupla face da marginalização e da luta por reconhecimento. A alma lavada na lama expressa o reconhecimento dos que vieram antes e a força de continuar r-existindo.

Buscamos, portanto, evidenciar que esta prática, transmitida de geração para geração, articula saberes, envolvendo a maestria das técnicas da garimpagem assim também para a confecção de materiais que constroem as identidades coletivas seguindo o conceito Africano *Ubuntu* “eu sou, porque somos”. Portanto, compreender o garimpo artesanal exige movimento de ruptura das narrativas hegemônicas que o reduzem a uma prática marginal e criminosa, visões estereotipadas essas que reforçam os processos de apagamento racial e cultural sobre os corpos não brancos sobretudo os povos e comunidades tradicionais, perpetuando as desigualdades que foram construídas socialmente e historicamente pela colonialidade do poder eurocêntrico. Portanto quando abordamos essas narrativas com os protagonistas reais como seu Izidoro de Amorim Pereira e tantos outros, que tiveram suas histórias apagadas e invisibilizadas por meio das violências sobretudo as simbólicas, que construíram, constroem e se reconstrói em sua relação com a terra, para além da terra com o rio, com a coletividade, com a ancestralidade, evidenciam um território que nunca foi vazio, mas, sim foi “esvaziados” pela intervenção de interesses e corpos brancos.

Por outro lado, a pesquisa revela que a prática do garimpo artesanal se articula também com outros modos de vida como a agricultura associando a práticas de interpretação dos ciclos naturais, cores do cascalho, as cheias dos rios e o comportamento da natureza revelando o que poderá estar por vir. Saberes esses que são desmistificados e invalidados pela lógica colonial, além de reproduzir opressões como a violência e invisibilização da contribuição das mulheres - são elas que detêm o manejo fundamental para a organização da vida comunitária e transmissão dos saberes ancestrais. Ainda que historicamente silenciadas e colocadas a papéis secundários com base nisso, torná-las visíveis é um ato político de existência para além da resistência.

Por fim, a compreensão do garimpo artesanal como identidade e ancestralidade é entender que a comunidade existe porque resiste: uma luta por reconhecimento e, sobretudo, reafirmar que essa prática ancestral é uma luta contra as tentativas de apagamento. Reivindicando dessa forma o direito de r-existir combatendo as desigualdades estruturais. Assim este trabalho reforça a necessidade de políticas públicas que visam considerar as especificidades das comunidades tradicionais tornando visíveis os seus conhecimentos identitários onde o garimpo artesanal não deve ser analisado fora de seu contexto histórico,



social e cultural. Portanto, você, caro leitor e pesquisador deve entender que essa arte maestral é antes de tudo, a expressão de um povo que, mesmo coberto de lama, resiste mantendo sua alma lavada pela força de sua ancestralidade.

**Palavras-chave:** Garimpo artesanal. Identidade ancestral. Saberes tradicionais. Resistência cultural. Epistemologias contra hegemônicas.

## REFERÊNCIAS

AMAGIS – Associação dos Magistrados Mineiros. *MagisCultura: Revista de Cultura e Arte dos Magistrados Mineiros*. Belo Horizonte: AMAGIS, 2020.

CALAFATE-FARIA, Francisco et al. *Energy Expansion at the Global Peripheries: The End of Territories*. In: The Institute of Development Studies and Partner Organisations, 10 nov. 2025, p. 53-82. Disponível em: <https://bulletin.ids.ac.uk/index.php/idsbo/article/view/3314/3464>. Acesso em: 22 nov. 2025.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GARIMPO de Serra Pelada. *Como está hoje (15-12-2019)* [vídeo]. YouTube, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hiQlazXh9oc>. Acesso em: 23 nov. 2025.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRECO, Wellington Santos; FAGUNDES, Marcelo; MACEDO, Thaisa Dayanne Almeida; BISPO JÚNIOR, Heitor Alves. Arqueologia, comunidades e histórias da paisagem de Felício dos Santos, Alto Araçuaí, Minas Gerais. *Revista Espinhaço*, v. 10, p. 1–20, 2021.

MACAGGI, Nenê. *A mulher do garimpo: o romance autobiográfico de Nenê Macaggi em Roraima*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 25, p. 281-307, jul./dez. 2005.

MARIZ DA VEIGA, Marcello; SILVA, Alberto Rogério B.; HINTON, Jennifer J. O garimpo de ouro na Amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1233/1/extracao-ouro%20cap.11.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

MARTINS, Marcos Lobato. Faiscadores e garimpeiros na ordem escravista: lutas e resistências nos terrenos diamantinos das Minas Gerais. In: *IV SEMANA DE HISTÓRIA DA UFVJM*, 4., 2018, Diamantina. Anais... Diamantina: UFVJM, 2018. p. 67–73.



MOURÃO, Jéssica Fernandes e FONSECA, Vitória Azevedo da. *Isidoro: memórias e resistências*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 33., 2025, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: ANPUH, 13–18 jul. 2025. p. 1–8.

MOURÃO, Nadja Maria. Artesanato, design e sempre-vivas em Diamantina/MG. *REVES - Revista Relações Sociais*, Viçosa, v. 6, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves>. Acesso em: 8 nov. 2025.

OLIVEIRA, Zenon Sabino de. Garimpeiros e garimpos no Estado de Roraima: impactos socioambientais no período de 1983 a 1993. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, Ano 04, Ed. 07, Vol. 08, jul. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e QUENTAL, Pedro de A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Revista Polis (online)*, n. 31, dez. 2012. Disponível em: <http://polis.revues.org/3749> Acesso em 20 out 2017

RIBEIRO, Katiúscia. O futuro é ancestral. *Le Monde Diplomatique Brasil*, nov. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-futuro-e-ancestral/>.

RIBEIRO, Loredana. Gender, technique and temporality in the traditional garimpo. In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS*, 2017, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. ISSN 2179-510X.

RIBEIRO, Loredana. Gênero, técnica e temporalidade no garimpo tradicional. In: *13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11: transformações, conexões, deslocamentos*. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1KEqIcLSL6cZ-L-Vmew6grSkEnW3iT4p-8SHS0wO453A/edit?tab=t.0>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SANTOS, Fabrício Rodrigues dos; ANDRADE, Pedro Henrique de. Os diamantes de Nova Lorena Diamantina: as grandes pedras em disputa no Brasil Colônia. *SciELO Preprints*, [s. l.], 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11628>. Submetido em: 31 mar. 2025. Postado em: 08 abr. 2025. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/11628/21168>. Acesso em: 22 nov. 2025.

SANTOS, Fabricio Rodrigues; ANDRADE, Pedro Henrique de. *OS DIAMANTES DE NOVA LORENA DIAMANTINA: As grandes pedras em disputa no Brasil Colônia*. *SciELO Preprints*, 2025. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.11628. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/11628>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SULZBACHER, Aline Weber et al. Quem paga a conta do progresso? Capitalismo, expropriações e mineração nos territórios do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil). In: GAZZINELLI, Juliana; MOTA, Sarita; SARMET, Gabriela (Orgs.). *Mineração, Água e Território: Conflitos Sociais, Injustiças Ambientais*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2025.

SULZBACHER, Aline Weber; LAGE, Nilmar; LOPES, Lucas Samuel. Mineração e questão agrária no Vale do Jequitinhonha: análises a partir do garimpo tradicional. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, edição especial, p. 400-429, jul. 2020.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Mobilização, conflitos e reconhecimento do território: comunidades quilombolas na Ilha do Marajó, Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 115, p. 51-74, maio 2018. ISSN 0254-1106.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MATO GROSSO DO SUL

VEIGA, Marcello Mariz da; SILVA, Alberto Rogério B.; HINTON, Jennifer J. O garimpo de ouro na Amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. In: LINS, Fábio Araújo Fernandes (org.). *Extração de ouro: princípios, tecnologia e meio ambiente*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002. p. 277-305. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1233/1/extracao-ouro%20cap.11.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.